
Nota Prévia

Em 2007, comemoraram-se os 50 anos do Tratado de Roma e, após anos de estagnação político-institucional, fruto da recusa do Tratado Constitucional, a União conseguiu chegar a acordo e os Estados-membros assinaram o Tratado de Lisboa.

Os últimos anos, sobretudo desde a recusa do Tratado Constitucional, foram férteis em diagnósticos e prescrições de remédios para a cura dos «males» europeus, vindos de todos os sectores. No meio do intenso debate assim gerado — e pode-se sempre ver na recusa do Tratado Constitucional mais um incentivo à análise do que os europeus querem para a União, numa leitura mais positiva — vale sempre a pena ir às origens e relembrar o que está na base da integração europeia e, sobretudo, indagar o valor daquilo que, juntos, os europeus conseguiram alcançar para o futuro, sem deixar de ter presente as dificuldades actuais.

Valerá sempre a pena recordar as razões que estão na origem do processo europeu — fazer das guerras civis europeias algo de impensável. É certo que hoje, provavelmente, esta recordação é quase algo que faz somente parte dos li-

vros de História, sobretudo para as gerações mais novas, que não têm, obviamente, da guerra, a memória. Mesmo a guerra na antiga Jugoslávia — afinal, tão recente — não é propriamente algo que suscite paixões pela causa europeia (sendo certo que, na época, acabou por suscitar muitas dúvidas em relação ao papel da União enquanto garante da paz no continente). Da mesma forma, também a consagração dos valores da democracia, do Estado de direito, da protecção dos direitos humanos — os valores centrais da construção europeia — é hoje, sobretudo para quem embarcou nesta aventura há mais tempo, um dado adquirido. Ou seja, de certa forma, os cidadãos vêem tudo o que a Europa representa, em termos políticos e normativos, como algo de totalmente banal — aqui, já não há surpresas. É certo que noutros Estados-membros, mais *novatos* nestas andanças, os termos do contrato europeu podem estar mais presentes nas mentes cidadãs, mas tal não é algo que perdue.

Existe, em hipótese, um óbvio paradoxo europeu: os 50 anos de paz e o concomitante esquecimento real da guerra são precisamente os factores que podem levar os europeus a acarinhar menos a integração europeia. Sem conflitos entre os Estados-membros, sem um inimigo federador externo — o bloco de Leste — e sem um amigo federador externo — os Estados Unidos — a Europa e os europeus ficaram finalmente livres, independentes. Mas essa independência, e a ausência de inimigos, leva a que seja necessário encontrar elementos federadores internos, ou seja, que a União consiga congregar, efectivamente, os cidadãos pelos seus méritos próprios.

Mas, daqui, desta ausência de memória, quase que física, das razões que estão na origem na União, não se deve

— não se pode mesmo — inferir que os cidadãos não pensam, não se preocupam, não actuam.

Há muito que o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais¹ se dedica à promoção do debate sobre as questões europeias, procurando não só levar a informação aos diversos pontos do país, como, sobretudo, criar as condições para que os cidadãos possam intervir nos debates e expressar as suas opiniões, sobre as mais variadas questões da temática europeia. Os textos reunidos neste volume da *Estratégia* foram preparados no quadro das diversas actividades do projecto *II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa*, que decorreu entre 2006 e 2007, e que, pensamos, são uma amostra significativa da riqueza das análises e da diversidade de opiniões. Finalmente, pela sua relevância, incluímos também os contributos elaborados no âmbito do projecto *Escolher a Europa*, que se centrou na questão da legitimidade democrática do processo de integração, pela via da actuação de instituições representativas de diferentes níveis de participação democrática — Parlamento Europeu, Assembleia da República, instituições do poder local e das regiões autónomas — e logo veículos por excelência de aproximação entre os cidadãos e a Europa.

¹ Para toda a informação respeitante a estes, e outros, projectos, ver www.ieei.pt